

# *Superior Tribunal de Justiça*

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.830.744 - SP (2019/0232854-0)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**EMBARGANTE : TAMBORE S/A**  
**ADVOGADO : THEREZA CHRISTINA C DE CASTILHO CARACIK - SP052126**  
**EMBARGADO : MUNICÍPIO DE SANTANA DE PARNAÍBA**  
**PROCURADOR : HENRIQUE LAZZARINI MACHADO - SP246189**

## **DECISÃO**

Trata-se de Embargos de Declaração, opostos por TAMBORE S/A, a decisão de minha lavra, assim fundamentada, **in verbis**:

"Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo MUNICÍPIO DE SANTANA DE PARNAÍBA, com base na alínea **a** do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"Apelação. Embargos a execução fiscal. Imposto predial e territorial urbano. Exercícios de 2005 a 2008. Alegação de ilegitimidade passiva. Procedência. Compromisso de compra e venda do imóvel celebrado em 2000. Falta de registro. Irrelevância. Transferência da posse. Sujeição passiva da adquirente. Inteligência do estatuído no artigo 34 do Código Tributário Nacional. Recurso denegado" (fl. 178e).

Alega-se, nas razões do Recurso Especial violação aos arts. 34 e 124, I, ambos do Código Tributário Nacional e 1.245 do Código Civil, sustentando que:

"Destarte, embora a Recorrida tenha transferido a posse do imóvel que ensejou os tributos executados, por meio de compromisso particular de compra e venda firmado no ano de 2000 (fls. 104/115), quando do início da ocorrência dos fatos geradores executados que remonta o ano de 2005 (fls. 12), figurava como proprietária do imóvel na matrícula (fls. 09/10), sendo, assim, dona do bem a teor do artigo 1.245 do Código Civil, que pela relevância se transcreve:

**"Art. 1.245. Transfere-se entre vivos a propriedade mediante o registro do título translativo no Registro de Imóveis.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

**§ 1º Enquanto não se registrar o título translativo, o alienante continua a ser havido como dono do imóvel.**

§ 2º Enquanto não se promover, por meio de ação própria, a decretação de invalidade do registro, e o respectivo cancelamento, o adquirente continua a ser havido como dono do imóvel". - G.N.

Por outro lado, a atualização cadastral junto a Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba somente foi requerida pela Recorrida no ano de 2010, conforme se vislumbra do documento de fls. 102, ou seja, curiosamente após a distribuição da ação de execução fiscal que se deu no ano de 2009 .

De mais a mais, ainda que o contrato particular de compra e venda tenha sido celebrado há anos, como assinalado pelo Tribunal "a quo", tal circunstância também não é capaz de elidir a condição de contribuinte e proprietária da Recorrida, posto que nos termos do artigo 123 do Código Tributário Nacional, "salvo expressa disposição de lei em contrário, não se pode opor à Fazenda Pública convenções particulares que modifiquem a definição legal do sujeito passivo da obrigação tributária".

E como contribuinte do Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU , não é demais repetir, o artigo 34 do Código Tributário Nacional elencou tanto o proprietário do imóvel, como o titular do domínio ou o seu possuidor. Veja-se:

"Art. 34. Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título".

No caso, a Recorrida, embora tenha transferido a posse, quando da ocorrência dos fatos geradores executados ainda era proprietário do imóvel, visto que figura no título de registro, não tendo o contrato particular de compromisso de compra e venda o condão de afastar tal condição, nos termos do artigo 1.245 do Código Civil.

Destarte, por qualquer dos ângulos que se observa, resta caracterizada a legitimidade passiva da Recorrida, na condição de contribuinte, pelo simples fato de ostentar o status de proprietária, já que detinha à época o título, razão pela qual a reforma do V. Acórdão recorrido é a medida que se impõe, até

# *Superior Tribunal de Justiça*

porque o entendimento firmado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça no REsp 1.111.202-SP de relatoria do Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, apreciado sob a sistemática do recurso repetitivo, possibilitou ao legislador municipal, a exemplo do que fez o legislador da Recorrente, de imputar a sujeição passiva do IPTU ao proprietário, ao titular do domínio e ao possuidor, cujo V. Acórdão disponibilizado no DJe de 18.06.2009 contou com a seguinte ementa:

(...)

Desta forma, não pairam dúvidas que a alienação do imóvel realizada por instrumento particular, não levada a registro no Cartório de Registro de Imóveis à época do início dos fatos geradores executados, não é apto a afastar a legitimidade passiva da empresa Recorrida, nos termos do artigo 34 do Código Tributário Nacional, c/c artigo 1.245 do Código Civil, posto que ela à época detinha o título de proprietária do imóvel ensejador dos tributos executados, sendo o fato de ter celebrado um contrato particular de compromisso de compra e venda, repita-se, irrelevante para elidir sua sujeição passiva e sua qualidade de contribuinte, razão pela qual imperativo se faz a reforma do V. Acórdão recorrido, sob pena de se violar os dispositivos legais mencionados, bem como o entendimento firmado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1.110 551-SP e no seu enunciado sumular 399.

(...)

Não obstante a legitimidade passiva da Recorrente pelas razões expostas no tópico acima, tem-se que ela ainda é "responsável" pelo débito executado pelo fato de estar inserida no mesmo grupo econômico que a empresa por ela indicada como legitimada passiva.

(...)

Destarte, ainda que as aludidas empresas sejam pessoas jurídicas distintas, o fato é que a empresa Recorrida - TSA HOLDING S/A (ATUAL DENOMINAÇÃO DE TAMBORÉ S/A) - e a empresa indicada como sendo a atual proprietária do domínio útil do imóvel - SISTEMA FÁCIL TAMBORÉ 6 VILLAGIO SPE LTDA. - pertencem ao mesmo grupo econômico, sendo isso fato incontroverso, razão pela qual, independentemente da autonomia jurídica que ambas possuem, elas respondem solidariamente pelo débito executado, nos termos do artigo 124, inciso I do Código Tributário Nacional, já

# *Superior Tribunal de Justiça*

que ambas, no mínimo, desde o ano de 2003, conforme consignado na Certidão de Registro Imobiliário acostada às fls. 09 - campo denominado registro anterior - encontram-se juntas envidando recursos e esforços para a realização dos seus objetivos comuns; e, realizando, conjuntamente, a situação configuradora do fato gerador dos tributos ora executados, já que se encontravam, repita-se, juntas no empreendimento quando da ocorrências dos fatos geradores" (fls. 191/199e).

Por fim, "requer a Recorrente à admissão do processamento deste recurso, com a remessa dos autos ao C. Superior Tribunal de Justiça, onde, espera e confia ver o presente recurso conhecido e, ao final, provido, para REFORMAR o V. Acórdão recorrido de modo a reconhecer a legitimidade passiva da empresa Recorrida, retornando, assim, o processo o seu curso regular, com inversão dos honorários advocatícios" (fl. 201e).

Apresentadas as contrarrazões (fls. 205/227e), o Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 244/245e).

A irresignação merece prosperar.

Na origem, trata-se de Embargos à Execução opostos por TAMBORÉ S/A, atualmente TSA HOLDING S/A, alegando ilegitimidade passiva, sob o fundamento de que não seria mais proprietária do imóvel sobre o qual recai a cobrança do IPTU.

O Juízo de 1º Grau acolheu os Embargos e excluiu o embargante, ora recorrido, do polo passivo da Execução Fiscal.

Inconformada a Fazenda Pública interpôs apelação, sendo que a Corte de origem negou provimento ao recurso, mantendo a sentença.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial 1.111.202/SP, submetido ao rito do art. 543-C do CPC/73, confirmou a pacificada jurisprudência do STJ no sentido de que tanto o promitente comprador (possuidor a qualquer título) do imóvel, quanto seu proprietário/promitente vendedor (aquele que tem a propriedade registrada no Registro de Imóveis), são contribuintes responsáveis pelo pagamento do IPTU, cabendo ao legislador municipal eleger quaisquer deles.

Confira-se a ementa do julgado:

**"TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. LEGITIMIDADE PASSIVA DO POSSUIDOR**

(PROMITENTE COMPRADOR) E DO PROPRIETÁRIO (PROMITENTE VENDEDOR).

1. Segundo o art. 34 do CTN, consideram-se contribuintes do IPTU o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.

2. **A jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de que tanto o promitente comprador (possuidor a qualquer título) do imóvel quanto seu proprietário/promitente vendedor (aquele que tem a propriedade registrada no Registro de Imóveis) são contribuintes responsáveis pelo pagamento do IPTU.** Precedentes: RESP n.º 979.970/SP, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJ de 18.6.2008; AgRg no REsp 1022614 / SP, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, DJ de 17.4.2008; REsp 712.998/RJ, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJ 8.2.2008 ; REsp 759.279/RJ, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Segunda Turma, DJ de 11.9.2007; REsp 868.826/RJ, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJ 1º.8.2007; REsp 793073/RS, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJ 20.2.2006.

3. **'Ao legislador municipal cabe eleger o sujeito passivo do tributo, contemplando qualquer das situações previstas no CTN. Definindo a lei como contribuinte o proprietário, o titular do domínio útil, ou o possuidor a qualquer título, pode a autoridade administrativa optar por um ou por outro visando a facilitar o procedimento de arrecadação'** (REsp 475.078/SP, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 27.9.2004).

4. Recurso especial provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08" (STJ, REsp 1.111.202/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 18/06/2009).

Nas razões do referido acórdão da Primeira Seção, cuidou o eminente Relator de ressaltar que:

"Segundo o art. 34 do CTN, consideram-se contribuintes do IPTU o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.

Quando o CTN considera contribuinte do IPTU o possuidor a qualquer título, refere-se às hipóteses de relações de direito real, no qual se inclui o contrato de promessa de compra e

venda irretratável.

Assim, **analisando-se o art. 34 do CTN, conclui-se que o proprietário do imóvel, na qualidade de promitente vendedor, é contribuinte do IPTU, cuja responsabilidade deve ser somada a do promitente comprador (possuidor do imóvel)".**

No mesmo sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. IPTU. CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. LEGITIMIDADE PASSIVA DO POSSUIDOR (PROMITENTE COMPRADOR) E DO PROPRIETÁRIO (PROMITENTE VENDEDOR). POSSIBILIDADE DE OPÇÃO PELO LEGISLADOR MUNICIPAL. ESPECIAL EFICÁCIA VINCULATIVA DO ACÓRDÃO PROFERIDO NO RESP 1.110.551/SP.

1. **A Primeira Seção/STJ, ao apreciar o REsp 1.110.551/SP (Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 18.6.2009), aplicando a sistemática prevista no art. 543-C do CPC, confirmou a orientação no sentido de que tanto o promitente comprador (possuidor a qualquer título) do imóvel quanto seu proprietário/promitente vendedor (aquele que tem a propriedade registrada no Registro de Imóveis) são contribuintes responsáveis pelo pagamento do IPTU.**

2. **O legislador tributário municipal pode eleger o sujeito passivo do IPTU, contemplando quaisquer das situações previstas no CTN. Ressalte-se que a inclusão do promitente-comprador como contribuinte, por si só, não implica a exclusão do proprietário (promitente-vendedor).**

3. **Agravo regimental não provido"** (STJ, AgRg no REsp 1.564.760/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 29/02/2016).

"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. LEGITIMIDADE AD CAUSAM. COMPROMISSÁRIO VENDEDOR. PROMITENTE COMPRADOR.

Na sessão realizada em 10.6.2009, a Primeira Seção julgou o

recurso especial 1.110.551/SP, representativo da controvérsia, nos termos do art. 543-C do CPC, e firmou entendimento no sentido de que o promitente comprador é legitimado para figurar no polo passivo conjuntamente com o proprietário, qual seja, aquele que tem a propriedade registrada no Cartório de Registro de Imóveis, em demandas relativas à cobrança do IPTU. Assim, cabe ao administrador público eleger o sujeito passivo do tributo, contemplando qualquer das situações previstas no CTN.

Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg no REsp 1.510.517/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/08/2015).

"TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IPTU. RESPONSABILIDADE PELO RECOLHIMENTO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ.

1. Esta Corte Superior, no julgamento 1.111.202/SP, sob o rito dos recursos repetitivos, previsto no artigo 543-C do CPC, pacificou o entendimento de que tanto o promitente comprador (possuidor a qualquer título) do imóvel quanto seu proprietário/promitente vendedor (aquele que tem a propriedade registrada no Registro de Imóveis) são contribuintes responsáveis pelo pagamento do IPTU.

2. No caso dos autos, no entanto, o Tribunal local foi categórico ao afirmar que, conforme as provas produzidas nos autos, o ora agravado não figurava mais como real proprietário do imóvel perante o Fisco, o que impossibilitaria seu enquadramento com contribuinte do IPTU. Diante dessa afirmação da Corte de origem, para se chegar à conclusão diversa, seria essencial a incursão no quadro fático-probatório dos autos, providência vedada nesta instância especial, em razão do óbice da Súmula 7/STJ.

3. Agravo regimental a que se nega provimento" (STJ, AgRg no AREsp 695.733/MG, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 11/12/2015).

Destarte, não estando o acórdão recorrido em sintonia com o entendimento dominante desta Corte, aplica-se, ao caso, o

# *Superior Tribunal de Justiça*

entendimento consolidado na Súmula 568 desta Corte, **in verbis**: "o relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou provimento** ao Recurso Especial, para, reformando o acórdão recorrido, reconhecer a legitimidade do executado, ora recorrido, para figurar no polo passivo da execução fiscal" (fls. 255/260e).

Inconformada, alega a parte embargante, em síntese, que o Tema/Repetitivo 122/STJ não se aplica ao caso dos autos; que "tanto o promitente vendedor quanto o promitente comprador pode figurar no polo passivo de executivo fiscal"; que "a tese firmada em recurso repetitivo foi publicada em 18.06.2009 enquanto a alienação ocorreu antes de sua publicação", e, portanto, incabível a aplicação do Tema 122/STJ.

Requer, por fim, "sejam os embargos aclaratórios recebidos com efeito modificativo e, após a manifestação da Embargada nos autos nos termos do artigo 1.023, §2º do Código de Processo Civil, sejam os Embargos de Declaração conhecidos e acolhidos com efeitos Infringentes, nos termos supra, para todos os efeitos" (fl. 269e).

Os Embargos de Declaração não merecem ser conhecidos.

Com efeito, nos termos do art. 1.022 do CPC vigente, os Embargos de Declaração são cabíveis para "esclarecer obscuridade ou eliminar contradição", "suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento" e "corrigir erro material".

Na lição de JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA, "há omissão quando o tribunal deixa de apreciar questões relevantes para o julgamento, suscitadas pelas partes ou examináveis de ofício (...), ou quando deixa de pronunciar-se acerca de algum tópico da matéria submetida à sua cognição, em causa de sua competência originária, ou obrigatoriamente sujeita ao duplo grau de jurisdição (art. 475), ou ainda mediante recurso, inclusive quanto a ponto acessório, como seria o caso de condenações em despesas processuais e honorários advocatícios (art. 20), ou de sanção que se devesse impor (por exemplo, as previstas no art. 488, nº II, e no art. 529)" (**in** Comentários ao Código de Processo Civil, Volume V, Forense, 7ª edição, p. 539).

Constata-se a contradição quando, no contexto do acórdão, estão contidas proposições inconciliáveis entre si, dificultando-lhe a compreensão.

Assim, a contradição que rende ensejo à oposição de Embargos de Declaração é aquela interna do julgado, cumprindo trazer à luz o entendimento de PONTES DE MIRANDA acerca do tema, **in verbis**:

# Superior Tribunal de Justiça

"A contradição há de ser entre enunciados do acórdão, mesmo se o enunciado é de fundamento e outro é de conclusão, ou entre a ementa e o acórdão, ou entre o que vitoriosamente se decidira na votação e o teor do acórdão, discordância cuja existência se pode provar com os votos vencedores, ou a ata, ou outros dados" (**in** Comentários ao Código de Processo Civil, Tomo VII, 3ª edição, Forense, 1999, p. 322).

Para ANTÔNIO CARLOS DE ARAÚJO CINTRA, "a rigor, há de se entender que o erro material é aquele que consiste em simples *lapsus linguae aut calami*, ou de mera distração do juiz, reconhecível à primeira vista. Sempre que o suposto erro constitui o resultado consciente da aplicação de um critério ou de uma apreciação do juiz, ainda que inócua, não haverá erro material no sentido que a expressão é usada pela disposição em exame, de modo que sua eventual correção deve ser feita por outra forma, notadamente pela via recursal" (**in** Comentários ao Código de Processo Civil, Rio de Janeiro: Forense, 2003, Volume IV, p. 301). Na mesma linha, o escólio de EDUARDO TALAMINI: "O erro material reside na **expressão** do julgamento, e não no julgamento em si ou em suas premissas. Trata-se de uma inconsistência que pode ser clara e diretamente apurada e que não tem como ser atribuída ao **conteúdo do julgamento** – podendo apenas ser imputada à forma (incorreta) como ele foi exteriorizado" (**in** Coisa Julgada e sua Revisão, RT, 2005, p. 527).

A obscuridade, por sua vez, verifica-se quando há evidente dificuldade na compreensão do julgado. Ocorre quando há a falta de clareza do **decisum**, daí resultando a ininteligibilidade da questão decidida pelo órgão judicial. Em última análise, ocorre a obscuridade quando a decisão, no tocante a alguma questão importante, soluciona-a de modo incompreensível. É o que leciona VICENTE GRECO FILHO:

"A obscuridade é o defeito consistente na difícil compreensão do texto da sentença e pode decorrer de simples defeito redacional ou mesmo de má formulação de conceitos. Há obscuridade quando a sentença está incompreensível no comando que impõe e na manifestação de conhecimento e vontade do juiz. A obscuridade da sentença como os demais defeitos corrigíveis por meio de embargos de declaração prejudicando a inteligência da sentença prejudicará a sua futura execução.

A dúvida é o estado de incerteza que resulta da obscuridade. A sentença claramente redigida não pode gerar dúvida" (**in** Direito Processual Civil Brasileiro, vol. 2, São Paulo: Saraiva, 2000, p. 241).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Na espécie, contudo, a parte embargante não demonstrou haver, no acórdão embargado, contradição, obscuridade, omissão ou erro material, a justificar a oposição dos presentes Embargos de Declaração, vícios que **não foram, sequer, apontados**, como exige o art. 1.023, **caput**, do CPC/2015, ao assim dispor:

"Art. 1.023. Os embargos serão opostos, no prazo de 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao juiz, **com indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão**, e não se sujeitam a preparo".

Vale observar que a ausência de indicação dos vícios que justificariam a oposição dos Embargos de Declaração, além de inobservar a exigência do art. 1.023 do CPC/2015, impede a exata compreensão da controvérsia, atraindo a incidência da Súmula 284 do STF, por analogia.

A propósito, já decidiu a Corte Especial do STJ:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. NÃO DEMONSTRAÇÃO DE NENHUM DOS VÍCIOS PREVISTOS NO ART. 1.022 DO NOVO CPC. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO.

1. A ausência de indicação, nas razões dos embargos declaratórios, da presença de quaisquer dos vícios enumerados no art. 1.022 do CPC/2015 implica o não conhecimento dos aclaratórios por descumprimento dos requisitos previstos no art. 1.023 do mesmo diploma legal, além de comprometer a exata compreensão da controvérsia trazida no recurso. Aplicação da Súmula n. 284 do STF.

2. Embargos de declaração não conhecidos" (STJ, EDcl no AgInt nos EAREsp 635.459/MG, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, CORTE ESPECIAL, DJe de 15/03/2017).

No mesmo sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE DO ESTADO. RECURSO ESPECIAL INTEMPESTIVO. JULGAMENTO DE AGRAVO INTERNO QUE MANTÉM A DECISÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO SEM INDICAÇÃO DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO. NÃO CONHECIMENTO DOS EMBARGOS.

# *Superior Tribunal de Justiça*

I - A jurisprudência deste Tribunal Superior é firme no sentido de que não preenche os requisitos de admissibilidade a petição dos embargos de declaração que não indica nenhum dos vícios elencados no art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 (art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), caso dos autos, o que, por si só, é suficiente para o não conhecimento do recurso, na medida em que a deficiência da argumentação inviabiliza a compreensão exata da controvérsia a ser solvida, atraindo a incidência, por analogia, do enunciado n. 284 da Súmula do STF.

II - Embargos de declaração não conhecidos" (STJ, EDcl no AgInt no AREsp 865.398/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 08/03/2017).

Cumprе destacar, por outro lado, que, não obstante a orientação acerca da natureza recursal dos Declaratórios, singularmente, não se prestam ao rejugamento da lide, mediante o reexame de matéria já decidida, mas apenas à elucidação ou ao aperfeiçoamento do **decisum**, em casos, justamente, nos quais eivado de obscuridade, contradição, omissão ou erro material. Não têm, pois, em regra, caráter substitutivo ou modificativo, mas aclaratório ou integrativo.

Com efeito, seja à luz do CPC/73 ou do CPC vigente, os Embargos de Declaração não constituem veículo próprio para o exame das razões atinentes ao inconformismo da parte, tampouco meio de revisão, rediscussão e reforma de matéria já decidida.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECLAMAÇÃO. RESOLUÇÃO STJ N. 12/2009. OMISSÃO. ACOLHIMENTO.

1. Os embargos de declaração são cabíveis quando o provimento jurisdicional padece de omissão, contradição ou obscuridade, bem como quando há erro material a ser sanado.

2. Embargos declaratórios acolhidos sem efeitos infringentes" (STJ, EDcl nos EDcl na Rcl 28.977/MG, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 11/03/2016).

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. HIPÓTESES DO ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA. REDISSCUSSÃO DA MATÉRIA DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE.

# *Superior Tribunal de Justiça*

1. Os embargos de declaração apenas são cabíveis para sanar omissão, contradição ou obscuridade do julgado recorrido, admitindo-se também esse recurso para se corrigir eventuais erros materiais constantes do pronunciamento jurisdicional.
2. No caso, está evidenciado o intuito do embargante em rediscutir a matéria já integralmente decidida pelo órgão judicial recorrido, o que não se admite nos estreitos limites do art. 535 do CPC.
3. Embargos de declaração rejeitados" (STJ, EDcl no AgRg nos EAREsp 540.453/RS, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Federal convocada do TRF/3ª Região), PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 04/03/2016).

Ante o exposto, não conheço dos Embargos de Declaração.

I.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES  
Relatora